

TRABALHO DO INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA
À INFANCIA DO RIO DE JANEIRO

- 154 -

Da Assistencia Publica no Rio de Janeiro

PARTICULARMENTE DA ASSISTENCIA A INFANCIA

Comunicação enviada ao IV Congresso Internacional de Assistencia Publica
e Privada, realizado em Milão em 1906

PELO

Dr. Moncorvo Filho

Director-Fundador do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia do Rio de Janeiro
e Chefe do Serviço de Pediatria da Policlínica Geral da mesma cidade

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1907

TRABALHO DO INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA
Á INFANCIA DO RIO DE JANEIRO

Da Assistencia Publica no Rio de Janeiro

R

PARTICULARMENTE DA ASSISTENCIA Á INFANCIA



Communicação enviada ao IV Congresso Internacional de Assistencia Publica
e Privada, realizado em Milão em 1906

PELO

Dr. Moncorvo Filho

Director Fundador do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro
e Chefe do Serviço de Pediatria da Policlínica Geral da mesma cidade

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1907

Da Assistencia Publica no Rio de Janeiro e particularmente da Assistencia á Infancia

(TRABALHO DO INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA DO RIO DE JANEIRO)

Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Assistencia Publica e Privada, realizado em Milão em 1906

PELO

DR. MONCORVO FILHO

Director-fundador do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro e Chefe do Serviço de Pediatria da Policlínica Geral da mesma cidade

Para qualquer paiz civilisado não ha problema de mais vital interesse do que o da Assistencia Publica.

O Brasil e especialmente a sua Capital, o Rio de Janeiro, tem extraordinariamente progredido nestes ultimos annos, notando-se benefico movimento nos differentes ramos da actividade humana, os administradores preoccupando-se sobremodo em transformar a cidade do Rio de Janeiro, vetusto amontoado de casas insalubres e ruas estreitas em uma cidade moderna, graças a radicaes melhoramentos materiaes.

A organização dada nestes ultimos tempos a administração da repartição de Saude Publica, com o estabelecimento de energicas medidas de hygiene aggressiva e defensiva, notoriamente no que concerne á prophylaxia da febre amarella e da peste, já vae fazendo sentir á Capital da Republica, hoje computada em UM MILHÃO DE HABITANTES, os beneficios de uma tenaz dedicação pelo bem publico.

Alguns dados da Estatística demographo-sanitaria, aliás muito bem organizada entre nós, bastarão para que não se possa contestar um grande melhoramento nas condições hygienicas do Rio de Janeiro.

Quando em 1900 enviei ao IV Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, uma Memoria sobre a mortalidade infantil (1), eu havia

(1) Subsídio ao estudo da mortalidade das creanças no Rio de Janeiro (memoria premiada).

podido concluir que na Capital Brasileira em cada 100 habitantes verificava-se um excesso de mais de seis obitos sobre o total do numero de nascimentos, facto deploravel e ameaçador que muito deveria impressionar aquellos que se interessavam pela prosperidade do paiz.

Percorrendo-se agora os dados fornecidos pelo Annuario demographico-sanitario de 1904 tem-se a satisfação de ver que, havendo sido de 21.9 o algarismo da lethalidade por 1000 habitantes, o da mortalidade foi de 19.5, isto é a mortalidade sobrepuja a natalidade na proporção de 2.4 % o que indica que, embora não seja completamente tranquillizadora a situação, esses coefficientes mostram vehemente melhoria das nossas condições sanitarias, induzindo-nos a acreditar que em breve tempo se possa obter resultados muito mais favoraveis.

Demais a taxa de 21.95 que o ultimo Annuario estatístico revelou para a mortalidade geral, não é dos mais exagerados, visto que em outras cidades esse algarismo é muito maior (Praga 21.7 %, Genova, 21. %, Marselha 22.7 %, Dublin 23 %, Naples, 25.5 %, Tucuman 25.6 %, Moscow 27.9 % e S. Petersburg 28.3 %..)

Não resta duvida que um conjunto de circumstancias tem modificado sensivelmente as nossas condições. Ha todavia muitas questões que carecem ser estudadas e das quaes surtam medidas de execução inadiavel.

A da assistencia publica é uma dellas.

O que posue o Brazil nesse sentido com restricções feitas para o Estado de S. Paulo, é ainda muito exiguo.

Dado o progresso que esse ramo do serviço publico tem attingido em todos os paizes cultos, não será difficil explicar porque os poderes governativos, no correr do anno de 1905, pensaram em euilar do problema de assistencia publica, chegando até o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados) a nomear uma Commissão que infelizmente não deu até hoje conta dos seus encargos.

Tive a honra de ser convidado para auxiliar a distincta Commissão de Representantes da Nação e a seu pedido elaborar um relatório ácerca de uma serie de quesitos então formulados e com o intuito de servir ao inicio dos trabalhos.

Respondendo ás perguntas alludidas emitti o meu juizo, de accordo com os competentes, de que a Assistencia devia ser organizada em serviço publico pois que « na lucta contra a indigencia não se póde absolutamente prescindir da intervenção dos poderes publicos em uma grande serie de medidas, as quaes poderosamente auxilia o herculeo concurso de grande numero de obras de beneficência de caracter privado ».

A uma pergunta feita si a assistencia publica deveria ser de natureza federal, estadual ou municipal, respondi de accordo com as noções bebidas no excellent livro de Derouin, Gory e Worms (1) que á União, aos Estados e ás Municipalidades incumbem differentes attribuições.

Não se trata de uma assistencia pela União ou pela Municipalidade; nenhum desses poderes deve dirigir effectivamente serviço algum de assistencia e si a União deve exercer particularmente sua autoridade sobre certos estabelecimentos que recebem o epitheto de estabelecimentos goraes ou nacionaes de beneficência, taes obras não deixam de ter vida propria, uma existencia legal, distincta da personalidade da União; e quando se falla de estabelecimentos de assistencia municipal, convem entender-se por esta expressão instituições, tendo personalidade propria, funcionando, porém, nos municipios.

Tal parece ser exactamente a doutrina corrente.

A União compete indubitavelmente a fiscalização e a vigilancia das obras de beneficência, sem invadir directamente as suas attribuições e conservando-lhes a necessaria autonomia.

Aos Estados ou Provincias cumpre a alta direcção dos serviços custeados em sua maior parte pelos governos estaduais, não devendo as leis geraes da União difficultar a vida dos estabelecimentos de assistencia publica.

Segundo as modernas doutrinas, as municipalidades devem concorrer para o bom andamento e perfeita organização dos serviços de assistencia.

Os prefeitos ou agentes do Executivo Municipal têm uma missão consultiva em materia de assistencia municipal, com inconcusso prestigio e indiscutivel influencia quando os poderes municipaes subventionam certas obras de beneficência, funcionando nos respectivos municipios.

Cabendo á União o estabelecimento de leis geraes de assistencia e a organização da repartição central especial que deverá presidir todo o movimento, orientando os diversos serviços, quer de natureza privada, quer de caracter nacional, pareceu-me que ao Congresso Nacional competiria legislar sobre o assumpto, aos poderes municipaes ficando reservada a missão de trazer o seu efficacissimo concurso ao funcionamento da beneficência publica nos respectivos municipios.

E' desta sorte que, so harmonizando os serviços, difficil não seria estabelecer uma organização regulamentada de accordo com as con-

(1) Tratado de Assistencia Publica.

dições de nossa vida e moldada pelos processos, em outros paizes postos em pratica com indiscutivel resultado.

Em que consiste actualmente a assistencia publica no Rio de Janeiro? A resposta deve ser dada em duas partes: a primeira em relação aos estabelecimentos de iniciativa privada e a segunda acerca dos serviços dirigidos pelos poderes governativos.

Entre os estabelecimentos da primeira categoria, salienta-se a *Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro*, a mais antiga das instituições de caridade entre nós existentes e que possui, além do grande hospital geral, outros hospitais, alguns asylos para a infancia, a Casa de Expostos e o Instituto Pasteur.

O hospital geral, denominado *Hospital da Misericórdia*, grande estabelecimento que acolhe na média 1.500 doentes, para isso dispondo de grande numero de enfermarias e consultorios, exerce uma função de assistencia publica, visto como, em troca dos favores da União, recolhe os individuos victimas de accidentes na via publica e outros.

Ninguém desconhece a benemerencia dessa piedosa instituição. Por maior que seja ella, força é confessar serem muitas as lacunas de que se resente o serviço da *Santa Casa da Misericórdia*, o que se poderá attribuir, de um lado, a vicio oriundo de sua primitiva fundação e de outro a enorme cópia de soccorridos que ella se vê na emergencia de acolher debaixo do seu caridoso tecto.

Não se pôde, sem duvida, deixar de reconhecer os serios inconvenientes das enormes proporções do *Hospital da Misericórdia* em que é manifesta a promiscuidade dos doentes e o confinamento uma realidade resultante do numero de individuos além da lotação pre-estabelecida recebidos, a continuidade e a contiguidade das enfermarias destinadas aos misteres variados, etc.

Por outro lado, a *Santa Casa* ainda não está aparelhada para o soccorro medico de urgencia, de que tanto ella se resente, como tambem toda a população do Rio de Janeiro que ainda não o possui. A acção que exerce a benemerita irmandade é tão extensa e tantas são as suas dependencias e os encargos que lhe oneram, que sobram motivos para que se comprehenda porque muitas lacunas carecem ser alli preenchidas.

As outras *Irmandades* que mantem hospitais, como as do *Santo Antonio da Penitência*, do *Carmo* e de *S. Francisco de Paula*, destinam esses estabelecimentos exclusivamente aos seus irmãos, não podendo prestar ao publico, em geral, os serviços valiosos que aquelles recebem.

A *Irmandade da Candelaria* mantem o importante *Hospital dos Lazares* onde são carinhosamente cuidados os leproços.

Eis o que ha resumidamente sobre os hospitais em geral:

A *Maternidade* das Laranjeiras, importante e moderno estabelecimento embora semi-official, foi fundada a por iniciativa privada e está prestando á nossa população inestimaveis serviços, mormente pela protecção indirecta á infancia.

O *Asylo de S. Luiz* é uma carinhosa instituição, tambem de caracter particular e que com grande vantagem abriga os velhos.

A *Liga Contra a Tuberculose*, em boa hora creada para combater o mais insidioso e devastador dos mórbs, será certamente um dos mais valiosos auxiliares para a organização da assistencia publica.

A *Policlinica Geral do Rio de Janeiro*, fundada em 1882, por meu pai o Dr. Moncorvo e outros collegas, tem prestado á pobreza desta capital invidaveis serviços, de modo algum, porém, achando-se ainda preparada para que se lhe empreste o titulo de verdadeiro estabelecimento de assistencia publica, o que reside nos escassos recursos de que dispõe para a sua manutenção.

Tudo leva a crer, porém, que na sua futura installação no edificio proprio que ora se constróe na Avenida Central possa sanar as lacunas de que se resente.

A *Policlinica de Botafogo*, installada pelos esforços do Dr. Luiz Barbosa, serve com reconhecida solicitude á pobreza do bairro que a tem por sede, sendo notório o desejo de seu fundador em manter um incipiente serviço de soccorro medico de urgencia.

Nessas duas ultimas instituições os serviços são externos e a assistencia medica é prodigalizada sob a fórma de consultas dispensadas em gabinetes diversos, correspondendo cada uma á uma especialidade clinica.

A Assistencia á Infancia foi, até não remota época, a mais esquecida entre nós.

Ella se resumia então nos asylos: da *Santa Casa de Misericórdia*, da *Candelaria*, o de *Gonçalves Araújo* e no *Asylo Isabel*, além dos estabelecimentos mantidos pela Municipalidade: a *Casa de S. José* e os *Institutos Profissionais*, todos recolhendo creanças mais ou menos de seis, oito e dez annos em diante e na *Casa de Expostos*, sob a jurisdicção da *Santa Casa de Misericórdia* o nos *Gabinetes de Pediatria* de ambas as *Policlinicas* já citadas.

Bem se comprehende o quanto se mostravam limitadas as vistas dessa assistencia, que mal entrevia os soffrimentos dessa enorme par-

cella da sociedade, tão intensamente influenciada pelos funestos resultados do pauperismo, do excessivo dízimo mortuario, pela ignorancia e outros maleficos factores.

Foi pesando essas e outras dolorosas circumstancias que me abalancei a fundar em 24 de março de 1899 o *Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro*, destinado, como a sua denominação indica, a tomar a si a tarefa de realizar a verdadeira cruzada de amparo ás creancinhas de todas as edades sob os multiplos pontos de vista por que hodiernamente é encarada a momentosa questão.

Innumeras sendo, porém, as difficuldades desde logo sobrevindas, só poudo ser dado inicio ao seu magestoso programma, e praticamente começar a produzir beneficios em 14 de julho de 1901, com a inauguração de sua primeira secção — o Dispensario — até hoje funcionando com toda a regularidade.

Para que melhor se conheça o que é essa instituição de caridade e sciencia, abaixo insiro alguns dados resumidos :

Breve noticia sobre o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro

12 RUA DO VISCONDE DO RIO BRANCO 12

Fundado pelo Dr. Moncorvo Filho, em 24 de março de 1899 e installado em 14 de julho de 1901.

Humanitaria instituição destinada a amparar sob o ponto de vista hygienico e social as creancinhas pobres de todas as edades pelo estabelecimento de dispensarios para tratamento das que se acharem doentes, de creches, de jardins da infancia, de asylos de maternidade, do hospital de creanças, de officinas, de escolas, etc.

Conselho administrativo :

Director-fundador, Dr. Moncorvo Filho, medico.

Presidente, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, medico.

Vice-presidente, 1º tenente Alamiro Mendes, chefe da repartição da policia do porto.

Thesoureiro, tenente Bemvindo Vianna, negociante.

1º secretario, Dr. Luiz do Nascimento Gurgel.

2º secretario, pharmaceutico J. Luiz da Gama Fernandes, jornalista.

3º secretario, alferes F. J. Monteiro Chaves, official do exercito.

Bibliothecario, pharmaceutico Pedro Luiz Osorio, capitalista.

Sub-director do instituto, Dr. Alvaro Guimarães.

O Instituto foi fundado, exclusivamente por iniciativa privada e até hoje luta com as maiores difficuldades para a sua manutenção. Esta sempre foi obtida graças á modesta renda de seu patrimonio, contribuições dos seus benemeritos associados e ao resgate de *coupons* de bonds.

De julho de 1904 em diante começou a receber o Instituto o pequeno auxilio de 500\$ mensaes para o pagamento do aluguel da casa, com que o governo concorreu até o fim do anno de 1906 e uma pequena verba de beneficios de loterias até agosto de 1905. Hoje tem uma subvenção da Municipalidade de 500\$ por mez.

Patrimonio do Instituto (em apolices)

em 31 de dezembro de 1904. 101:200\$000

Medias mensaes :

Renda desse patrimonio. 421:000

Despezas. 2320\$359

Deficit. 1:898\$693

Nota.— Este deficit é coberto mensalmente pelos donativos recebidos.

A administração do Instituto aceita quaesquer obulos em beneficio de milhares de soccorridos.

Além dos socios fundadores, benemeritos e honorarios, tem o Instituto os socios ramidos, que contribuem com 25 mensalmente e socios protectores que contribuem mensalmente com qualquer quantia.

FINS DO INSTITUTO

(Art. 2º dos Estatutos de 12 de outubro de 1903)

a) inspecionar o regimen da lactação e regulamental-o, segundo os principios da hygiene infantil ;

b) inspecionar as condições em que vivem as creanças pobres, especialmente a alimentação, roupas, habitação, educação, instrução,

etc., com o fim de proporcionar-lhes o devido amparo, procurando concentrar nesse sentido os esforços de outras associações de caridade e religiosas;

c) dispensar toda a protecção necessaria ás creanças que recebem mãos tratos physicos, habituaes ou excessivos; as que estejam privadas dos cuidados indispensaveis; as que se entregarem á mendicidade, vadiagem ou libidinagem; as occupadas em misteres condemnados pelos costumes e inconvenientes á puericia, e, por ultimo, as moralmente abandonadas, taes sejam, os filhos de pais de má conducta, ebrios, mendigos ou criminosos;

d) auxiliar pelos meios de que possa dispor, a inspecção medica nas escolas publicas e particulares; inspecionar o trabalho da mulher na industria para favorecer indirectamente á infancia; regulamentar o exercer vigilancia sobre o trabalho das creanças, afim de evitar fadigas excessivas e todas as consequencias que dellas possam resultar;

e) zelar pela vaccinação e revaccinação das creanças que forem apresentadas ao Instituto, solicitando para esse fim o concurso do Instituto Vaccinico Municipal;

f) diffundir noções, principios e instrucções tendentes á prophylaxia da tuberculose e de outros mórboes communs á infancia;

g) crear, quando possivel, jardins de infancia, asylos de maternidade e creches, preenchendo os seus respectivos fins;

h) manter o «Dispensario Moncorvo», para tratamento das creanças pobres, com preferencia das que forem physicamente defeituosas, anemicas, rachiticas, debéis, etc., prodigalizando-lhes todos os recursos modernos da therapeutica e da hygiene;

i) crear, quando possivel, um hospital para as creanças reconhecidamente pobres;

j) auxiliar a acção dos poderes publicos, quer federaes, quer estaduais ou municipaes, na protecção dispensada ás creanças desprotegidas, necessitadas e indigentes, procurando com elles manter relações de que possam resultar beneficios no sentido indicado;

k) estabelecer, logo que permittam as condições financeiras do Instituto, succursaes do «Dispensario Moncorvo» nas differentes zonas da cidade, as quaes ficarão sujeitas á superintendencia do Director-Fundador e terão sua autonomia regulamentada em lei especial;

l) concorrer para que sejam creadas, nos hospicios e casas de saude, escolas para imbecis, idiotas, etc.;

m) animar a fundação de instituições protectoras da infancia nos diversos Estados do Brazil;

n) propagar a necessidade de leis protectoras da infancia e tambem das que se refiram á regulamentação da industria de amas de leite;

o) finalmente, aceitar, favorecer, auxiliar e propagar qualquer ideia em proveito da caridade, maxime em prol da infancia.

DISPENSARIO MONCORVO

1.ª secção do Instituto, installado em 14 de julho de 1901 — Rua Visconde do Rio Branco n. 12 sobrado

Serviços gratuitos aos pobres. Tratamento medico e cirurgico das creanças doentes (consultas, operações, curativos, applicações de appparelhos, administração do medicamentos, balneotheraphia, massagem, gymnastica medica e electricidade).

Distribuição gratuita de leite esterilizado ás creancinhas doentes ou áquellas ás quaes faltar o alimento materno.

Distribuição de soccorros em vestes, calçado, alimento, etc.

Exame de mulheres gravidas pobres e assistencia em domicilio por occasião do parto.

Exame gratuito das amas de leite mercenarias.

Vaccinação contra a variola.

Serviço dentario.

Disseminação de noções de hygiene infantil ás familias pobres, etc.

O Dispensario está aberto das 7 da manhã ás 5 da tarde e presta tambem serviços de assistencia publica soccorrendo todas as creanças feridas ou victimas de accidentes na via publica.

HORARIO DO SERVICO MEDICO (*) E OUTROS

(Todo o pessoal profissional trabalha gratuitamente)

Clinica medica, de 12 ás 2 horas, chefe do serviço, Dr. Nascimento Gurgel; adjunctos effectivos: Drs. Barros Terra e Carlos Eugenio; adjuncto extranumerario: Dr. J. Almeida Nunes.

(*) Estes serviços funcionam diariamente e bem assim os de Puerimetria e de Incubatoria (para as infelizes creanças que nascem antes do tempo). As distribuições de soccorros são feitas frequentemente pelas benemeritas senhoras do Instituto, do mesmo modo que as conferencias realizadas pelos profissionais do Dispensario.

Os operados ou doentes graves são conduzidos nos carros da Assistencia Publica, gentilmente cedidos por seus dignos proprietarios ao Srs. Costa & C.

Clinica cirurgica, das 12 á 1 hora, chefe do serviço : Dr. Alvaro Guimarães ; adjuncto effectivo : Dr. Hildegardo de Noronha.

Molestias da pelle, das 12 á 1 hora, chefe de serviço, Dr. Moncorvo Filho ; adjuncto : Dr. Samuel Libanio.

Molestias de olhos, nariz, ouvidos e garganta, de 12 á 1 hora, chefe do serviço : Dr. Leonel Rocha.

Electrotherapia, balneotherapia, massagem e gymnastica medica, de 12 á 1 hora, chefes do serviço : Drs. O'Reilly de Souza e Jorge Santos, massagista Mme. Paula Berking.

Gynecologia e exame de mulheres grávidas, de 12 á 1 hora, chefe de serviço : Dr. Jaime Silvado ; adjunctos effectivos : Drs. D. Antonieta Mompurgo, A. de Oliveira Motta, Carlos Eugenio Guimarães e Doméque de Barros ; parteira D. Carlota de Bem.

Miseroscopia e anatomia pathologica, de 12 ás 2 horas, chefe do serviço : Dr. Eduardo Meirelles.

Exame de amas de leite, de 12 á 1 hora, chefe do serviço : Dr. Octavio Machado ; auxiliar effectivo, Jayme de Almeida Pires.

Cirurgia dentaria, das 10 ás 12 horas, chefe do serviço : cirurgião dentista Mario Dumas (1).

Serviço de distribuição do leite esterilizado, das 10 ás 12 horas, administradora : D. Leopoldina do Sacramento Black.

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS QUE CONVÉM SER LIDOS :

Abertas em 14 de julho de 1901 as humanitarias portas do Instituto, não tardou a ser consideravel a frequencia do indigentes em busca dos beneficios prodigalizados pelo novo templo de caridade e sciencia á todos os necessitados.

Para não fatigar o leitor basta, para dar uma ideia do grande movimento, a seguinte enumeração dos seguintes dados relativos á quatro annos de funcionamento do «Dispensario Moncorvo» (de 14 de julho de 1901 á mesma data em 1905).

Numero total dos individuos soccorridos . . .	11.621
Soccorridos com assistencia medico cirurgica . .	
etc.	10.171
Pensionistas de soccorros em vestes, calçado, alimento, etc.	1.450

(1) Além dos profissionais acima indicados, muitos outros auxiliam os diferentes serviços, inclusive um numeroso grupo de estudantes da Faculdade de Medicina, que praticam á differentes especialidades da Faculdade de Medicina, todos os annos muitos doutorandos confeccionando suas theses com elementos colhidos no Dispensario e que constituem por sua vez trabalhos originaes bastante apreciados no seio da classe medica.

	Numero	Valor
Consultas	37.610	188.050\$000
Receitas	16.085	
Curativos cirurgicos	5.394	53.040\$000
Operações	461	23.050\$000
Aplicações deapparehos	254	12.700\$000
Sessões de electricidade	663	6.060\$000
Idem de massagem	1.257	6.285\$000
Duchas e banhos	41	205\$000
Sessões de gymnastica medica	19	95\$000
Exame de amas de leite	373	7.140\$000
Análises e exames microscopicos	612	6.120\$000
Obturações dentarias	630	3.150\$000
Extrações dentarias	2.391	4.582\$000
Curativos dentarios	21.878	21.878\$000
Soccorros em vestes, calçados, alimento, etc., distribuidos	9.309	22.735\$000
Leite esterilizado distribuido	26.107	18.245\$000
Medicamentos usados no Dispensario e avia-mento gratuito de receitas		17.226\$000
Partos	23	2.300\$000
Operações, curativos e visitas á domicilio		3.265\$000
Festas do Natal, Anno Bom e Reis		13.575\$000
Somma total de todos os serviços calculados pela minima		410.682\$000

A mortalidade dos doentinhos tratados no Dispensario é minima, pois que em quatro annos sobre um total de 10.171 soccorridos com assistencia medica, falleceram apenas 200 ou 1.7 %, incluindo 27, que entravam moribundos.

O serviço de distribuição de leite esterilizado do Dispensario (verdadeira «Gotta de Leite», na denominação franceza) merece especial menção.

Diariamente são distribuidos, em vasilhame adequado, 20 litros de magnifico leite da conceituada Companhia de Lacteos, esrupulosamente esterilizado no Dispensario.

Permanentemente são assim alimentados 30 recém-nascidos pobres, em geral de duas a quatro mozes de idade em diante.

Todas as creanças são pesadas sempre no Puerimetro, e a alimentação fiscalizada pela administradora do serviço, de modo que sobre vindo qualquer perturbação morbida na creança, é esta conduzida ao director do estabelecimento que a soccorre immediatamente.

Em quatro annos foram alimentadas pelo auxilio do Dispensario 223 creanças, sendo fornecidos 26.070 litros de leite, e que calculado pela minima eleva-se á importancia de 18:249\$000.

Os resultados praticos foram esplendidos, gosando em geral as creancinhas, assim alimentadas, da melhor saúde.

O serviço de exame e attestação das amas de leite mercenarias, o primeiro installado no Brazil, tem sido de extraordinarias vantagens para esta população, que ahi encontra um incontestavel recurso para a diminuição da mortalidade infantil, pelo rigorosissimo exame a que são as nutrizas submettidas.

E' digno de ser registrado que, não só á ama, como a quem a solicita, todos os serviços são GRATUITOS E GENEROSAMENTE PRESTADOS.

Em quatro annos foram examinadas 367 amas, rejeitadas 131, tendo sido os serviços prestados calculados pela minima em 7:340\$000.

Distribuição de soccorros. Praticada pelas Exmas. Sras. Benemeritas do Instituto.

Durante quatro annos de funcionamento do «Dispensario Moncorvo» foram distribuidos a 7.581 creanças 9.309 objectos avaliados pela minima em 22:733\$000.

O Instituto mantinha já permanentemente matriculados para receber soccorros em 14 de julho do 1905, 1.450 pensionistas.

Conferencias sobre hygiene infantil.

Larga divulgação no seio das familias pobres de utilissimos conselhos e conferencias sobre hygiene da infancia (modo de criar os pequeninos, de educal-os, de poupal-os ás molestias, etc., etc.)

No «Dispensario Moncorvo», por occasião das distribuições de soccorros, um dos profissionais do Dispensario realiza uma conferencia sobre hygiene infantil em linguagem ao alcance das mãos pobres.

Essas conferencias são depois publicadas em avulso e largamente distribuidas pelas familias pobres, que frequentam o Instituto em busca de soccorros.

A frequencia diaria dos soccorridos tem subido ultimamente a numero de cerca de 100.

Já foram realisadas no Instituto cerca de 30 conferencias sobre os mais interessantes assumptos de hygiene infantil.

Festas do Natal, Anno Bom e Reis. Tornaram-se memoraveis os festivos que annualmente proporciona o Instituto a todos os seus soccorridos, pobresinhos que só deste arte encontrariam distrações para uma vida de provações e tristezas.

Nesses dias é fatta tambem a distribuição de objectos, brinquedos, etc., havendo sempre um Banquete para as creancinhas pobres, o Bôlo de Reis, com um premio, Concursos de robustez com premios, Arvore de Natal, Presépe, Guignol, Cinematographo, etc., etc.

A administração do Instituto aceita em qualquer época donativos para essas encantadoras e humanitarias festas, nada mais sendo necessario do que remetter os á rua Visconde do Rio Branco, 12, so-brado.

Concursos de robustez. Tem sido effectuados seis e a inconcussa a sua utilidade, fomentando o aleitamento materno, o que tanto concorre para diminuir a mortalidade infantil.

Os donativos podem ser de qualquer especie: dinheiro, roupas, calçado, etc., ou coupons das companhias de bonds.

Para se aquilatar do valor dos donativos de coupons que o Instituto recebe, basta saber-se ter sido enviado desde março de 1901 a junho de 1905, isto é, em quatro annos e quatro mezes, o elevado numero de *dezesete milhões, duzentos e dezasete mil, seiscentos e quarente e um coupons* que foram resgatados pela somma de vinte e dois contos, duzentos e dezasete mil, seiscentos setenta e oito reis!

Archivos de Assistencia á Infancia — Órgão official do Instituto —
(IV anno de existencia).

Publicando-se mensalmente e registrando todo o movimento do «Dispensario Moncorvo».

Publicação de interessantes photographuras.

Redactor-Chefe Dr. Nascimento Gurgel.

Redactor-Secretario Dr. Eduardo Meirrolles.

Redactor-Gerente Dr. Jayme de Almeida Pires.

A publicação dos Archivos é feita graças á benevolencia daquelles que publicam seus annuncios, cujo pagamento representa um verdadeiro donativo ao Instituto.

Grande divulgação dos Archivos não só na capital como fóra della.

Tolas as mães de familia devem ler os Archivos porque nelles encontram sempre a discussão de assumptos interessantes e conselhos destinados a salvaguardar a saúde do seus filhos.

Publicação constante das conferencias sobre hygiene infantil e effectuadas no « Dispensario Moncorvo ».

Eis em traços geraes a grande copia de serviços que presta o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, já havendo uma creação congenere na Bahia e achando-se em Curitiba uma outra proxima a funcionar.

Para a correcção dos menores delinquentes e destinada por conseguinte ao mais nobilitante dos fins sociais, fundou-se por iniciativa privada entre nós a Escola Quinze de Novembro, hoje sob a tutela do Ministerio do Interior.

Taos são as principaes instituições de beneficencia privada funcionando na Capital da Republica.

Aquelles que conhecem os systemas de assistencia nos diversos paizes do Globo, a preocupação dos economistas e dos homens do Estado em realisar uma por uma das aspirações da Beneficencia, tal como modernamente se a considera, sob a orientação deduzida dos principios scientificos, não se furtarão a reconhecer que são innumeras as lacunas a preencher, multiplas as providencias a tomar, inadivél a organização completa do Serviço geral de Assistencia, systematisando o que se acha feito entre nós e aproveitando a solidão dos philantropos que tão abnegadamente se collocaram ao

Quer-nos parecer até, pela indole que caracteriza o nosso povo, pelo espirito adeantado daquelles que se entregam entre nós á pratica do Bem, que, muito mais facil, do que o foi para a França, a Inglaterra, a Allemanha e outros paizes, em o nosso será a adaptação de uma bem ponderada organização de assistencia publica, desde que sejam methodicamente aproveitados todos os elementos e mantida pelas instituições particulares a sua primitiva autonomia.

«A Assistencia Publica, bem o disse o professor Lanelongue (Paris-Medical XIII Congresso Internacional de Medicina de Paris de 1900), tal qual se a comprehende em nossos dias, quer dizer os cuidados prodigalizados aos doentes pobres nos hospitaes, os soccórros de todo o genero distribuidos aos indigentes pelos escriptorios de beneficencia.»

Por isso antes do mais deve o Congresso legislar, com o maior escrúpulo, sobre o assumpto, procurando sanar todas as lacunas existentes, prevendo as mais communs hypotheses e finalmente definindo o papel que compete á União, aos Estados e aos Poderes Municipaes na humanitaria e social funcção da Assistencia.

Em suas linhas geraes deve a organização da Assistencia Publica ser estabelecida do seguinte modo :

Um *Conselho Superior de Assistencia Publica* tendo por presidente de honra o Ministro do Interior e mais um presidente, dous vice-presidentes, um secretario geral e outro adjuncto, certo numero de membros de direito em virtude de suas funcções (director de saúde publica, chefes dos serviços sanitarios do Exercito e da Armada, presidentes das associações medicas mais importantes, etc. etc.) e outros membros nomeados por decreto (personagens notaveis que se dediquem ao estudo de questões de assistencia publica e privada e possam trazer, com o seu concurso, real vantagem ao funcionamento do serviço), varios secretarios auxiliares e um archivista bibliothecario.

O Serviço de Assistencia Publica deve constituir um ramo autonomo da administração publica e para o qual dever-se-ha estabelecer um orçamento especial de receita e despeza, no caso desta sobrepujar aquella, cabendo á União o dever de prover-a por verba prevista no orçamento geral da União.

Uma ou mais de uma lei, deve ser estabelecida para a administração geral de Assistencia Publica.

Esta deve referir-se aos soccórros ao domicilio e aos proporcionados nos hospitaes, hospicios, dispensarios, policlinicas, etc., etc.

Collocada sob a jurisdição do Ministro do Interior, deve este nomear um director geral, que exercerá sua autoridade sobre os serviços

quer interiores quer exteriores, regularizando todos os orçamentos de receita e despesa, apresentando-os ao Ministro do Interior, de accordo com a regulamentação especial, podendo ser submettidos ao Conselho Superior para deliberar sobre o assumpto.

Aos membros do Conselho Superior caberá a inspecção geral dos estabelecimentos de beneficencia e de soccorros a domicilio, os quaes visitarão sempre que julgarem necessario.

Todo o pessoal medico, pharmaceutico, etc., profissionais scientificos emfim, que funcionarem na repartição de Assistencia Publica deverão ser nomeados por concurso e com a approvação do Ministro do Interior.

Um regulamento methodicamente organiado cuidará da assistencia aos indigentes e necessitados, estabelecendo a installação dos *Escriptorios de Beneficencia*, as disposições para a *Assistencia Medica propriamente dita*, a *Assistencia á Infancia*, aos *Velhos*, etc.

Com relação á Capital Federal deverá existir um Escriptorio Central, onde funcionará a repartição geral da Assistencia Publica, havendo em cada Bairro da cidade um Escriptorio de Beneficencia, que será tambem um verdadeiro posto medico-cirurgico aparelhado para acudir promptamente a qualquer hora do dia e da noite aos indigentes, os doentes ou as victimas de qualquer accidente na via publica.

O pessoal dos Escriptorios de Beneficencia compor-se-ha dos seguintes funcionarios :

ESCRITORIO CENTRAL

Director Geral da Repartição de Assistencia Publica ;
Um adjuncto do director ;
Um sub-director ;
Um administrador geral ;
Quatro auxiliares ;
Um secretario-thesoureiro.

ESCRITORIOS DE BENEFICENCIA

Cada escriptorio, além de um delegado, um administrador, seis medicos e um pharmaceutico, terá o pessoal que fór necessario.

A missão dos Escriptorios de Beneficencia consistirá na organisação das listas dos indigentes ou necessitados da circumscripção, no serviço de assistencia em domicilio e no soccorro immediato aos que são victimas de qualquer accidente na via publica, para o que deve

dispor de uma ambulancia bem aparelhada, de pessoal proficiente e de uma pequena enfermaria onde transitoriamente sejam collocados os doentes ou feridos até a sua condução para os hospitaes ou hospicios.

Poder-se-ha perguntar si não haveria vantagem em coadunar-se o que está feito entre nós com o que se deva crear para completar a organisação da Assistencia Publica.

Certamente.

Para isso não seria ocioso lembrar a vantagem de collocar o Escriptorio Central da Assistencia Publica em ponto tambem central da Capital.

Seriam installados os outros escriptorios (com postos medicos) em varias outras zonas da cidade, escolhendo sobretudo os bairros pobres e onde maior é a agglomeração, ficando considerados como postos medicos da Assistencia : a Policlínica do Rio de Janeiro e a de Botafogo e o Hospital da Santa Casa da Misericordia.

Ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro ficaria reservado todo o serviço de protecção directa e indirecta á infancia, nelle incluído o exame e attestação das amas de leite mercenarias, o fornecimento de leite aos recém-nascidos pobres e a assistencia em domicilio ás mulheres gravidas pobres.

Quando por circumstancias especiaes não pudessem ser soccorridas nas condições citadas, poderiam ser conduzidas para a Maternidade das Laranjeiras ou para as enfermarias do Hospital da Misericordia.

A este competiria todo o serviço mesocomial e particularmente do adulto, salvo os casos de tuberculose que deveriam ser recolhidos a um hospital especial a funcionar sob a direcção da Liga contra a Tuberculose, cujo Dispensario já fundado continuaria a desempenhar a sua grande missão, porém mais ampliada.

Um hospital especial para a infancia deveria ser creado sob a direcção do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia e bem assim uma ou mais *crèches*, jardins de infancia, offeinas para creanças, etc., conforme é de seu programma.

Além das leis referentes á assistencia medica gratuita, outras devem ser tambem estabelecidas com relação por exemplo á protecção da primeira e da segunda infancia, a regulamentação das amas de leite, ás creanças moralmente abandonadas, etc., etc.

A esse proposito aqui reproduzo dous projectos de lei que estatui e foram apresentados ao Quinto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia realisado em 1903.

O primeiro é uma adaptação da lei Roussel de 1874 ás nossas necessidades e costumes e o segundo é mais um regulamento municipal do que uma lei, podendo porém ser estabelecidos pela União e com o caracter geral. Eil-os.

PROTECÇÃO À INFANCIA DA PRIMEIRA EDADE

PROJECTO DE LEI APRESENTADO AO QUINTO CONGRESSO BRAZILEIRO DE
MEDICINA E CIRURGIA

Art. 1 — Ficará sob a immediata vigilancia da autoridade publica, com o fim de proteger sua vida e sua saúde, toda a creança de menos de dous annos que seja collocada, mediante salario, sob a guarda de qualquer mulher, ou familia, ou gratuitamente, sendo orphão de pae e mãe.

Art. 2 — A vigilancia instituida pela presente lei será confiada no Districto Federal e nos Estados ás autoridades sanitarias. Estes funcçionarios serão auxiliados por uma *Commissão Central de Protecção da Infancia*, tendo por missão estudar e propor medidas uteis e composta de sete membros nomeados para esse fim.

No Districto Federal a *Commissão* compor-se-ha dos *Directores de Hygiene e de Saúde Publica* e de cinco administradores de instituições de assistencia publica, taes como : os directores do *Hospital da Santa Casa de Misericordia*, do *Instituto de Protecção e Assistencia da Infancia do Rio de Janeiro*, da *Policlinica Geral do Rio de Janeiro*, da *Policlinica de Botafogo* e da *Maternidade do Rio de Janeiro* e, na falta destes, os administradores de outras instituições de beneficencia publica, á escolha do Governo.

Commissões locais serão nomeadas pelas autoridades de hygiene depois de aviso da *Commissão Central*, nos Estados do Brazil, nos pontos em que fór reconhecida a sua utilidade para recorrer á applicação de medidas de protecção á infancia e de vigilancia das amas e das mulheres que criam creanças alheias.

Duas mães de familia, de reconhecida honestidade, farão parte de cada *Commissão local*.

A primeira autoridade sanitaria local será o presidente da *Commissão*.

São gratuitas as funcções instituidas pelo presente artigo.

Art. 3 — Será constituído pelo Ministro do Interior um «*Conselho Superior de protecção á primeira infancia*», com séde na Capital da

Republica, o qual terá por fim reunir e coordenar os documentos transmittidos pela *Commissão Central de Protecção da Infancia* e pelas *Commissões locais*, dirigir annualmente ao Ministro do Interior um relatório sobre os trabalhos dessas commissões, sobre a mortalidade das creanças, lembrando as medidas mais urgentes para estender os beneficios da lei, e propondo, si para isso houver motivo, recompensas pecuniarias ou outras para as pessoas que houverem se distinguido pelo seu devotamento e seus serviços.

O presidente deste Conselho, que terá a gratificação de Rs. annuaes, será nomeado pelo Presidente da Republica.

Os outros membros do Conselho, em numero de dez, serão os representantes da *Academia de Medicina*, da *Ordem Medica Brasileira*, da *Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*, da *Sociedade Scientifica Protectora da Infancia*, e da *Sociedade de Prophylaxia Moral e Sanitaria*, enviando cada uma dessas associações dous de seus membros nomeados expressamente para esse fim.

Cada um dos membros do Conselho perceberá, emquanto funcionar, a gratificação annual de Rs. sendo por isso obrigado ao cumprimento das disposições do Conselho Superior de Protecção á primeira infancia, ficando o presidente com autonomia para propor a substituição do profissional que a elle não se quizer submitter.

Art. 4 — Será annualmente publicada pelo Ministerio do Interior uma estatística detalhada da mortalidade das creanças da primeira idade e especialmente das que estiverem aos cuidados de mulheres estranhas, fóra dos domicilios paternos. Por seu lado, o Ministro dirigirá annualmente ao Presidente da Republica um relatório official sobre a execução da presente lei.

Art. 5 — As *Commissões locais* estudarão as questões que se referirem ás medidas a tomar em relação ás creanças da primeira idade, propondo essas medidas ao Conselho Superior.

Art. 6 — Ficam submittidas á vigilancia estabelecida pela presente lei :

- a) toda a pessoa á qual tiver sido entregue para criar um ou mais recém-nascidos, nas condições do art. 1 ;
- b) as repartições e agencias de amas de leite mercenarias e todos os intermediarios de aluguel do nutrizos.

A recusa d. visita do medico inspector, da autoridade publica, ou outras pessoas competentes por estes delegadas e autorizadas, será, em virtude da presente lei, punida com a multa de 30\$ a 100\$000 e de prisão de um a cinco dias, si a recusa fór acompanhada de injurias ou violencias.

Art. 7 — Toda a pessoa que collocar uma creança sob a guarda de alguém para criar fóra, nas condições do art. 1, ficará sujeita ás penas por esta estabelecidas e será obrigada a fazer, antes da collocação, uma comunicação ás repartições competentes no Districto Federal, o nos Estados e nas outras cidades á autoridade sanitaria superior, que é o presidente da *Commissão local*, indicando com precisão todos os dados sobre a data do nascimento, a idade, a cor, a filiação da creança, a residencia actual do declarante e da ama á qual foi confiado o recém-nascido, sendo á esta remetido um boletim em duplicata com os dados alludidos.

Art. 8 — Toda a pessoa que se dedicar a criar uma ou mais creanças quer gratuitamente, quer mediante remuneração de qualquer especie, é obrigada a munir-se previamente dos certificados exigidos pelos regulamentos, para indicar o seu estado civil e justificar a sua aptidão para nutrir ou receber creanças para criar.

Toda a ama de aluguel, nos logares do Brazil em que não houver uma regulamentação especial, é obrigada a munir-se de um certificado policial, declarando a sua residencia, indicando si o ultimo filho está vivo, com a *demonstração de que tenha este mais de sete mezes* e que seja aleitado por uma outra mulher nas condições determinadas pelo enunciado no art. 12 da lei.

Esta ultima justificação só será dispensada quando a pessoa que a quizer alugar faça, em documento authenticado, a declaração de que receberá a ama com a condição de que ella amamente tambem seu filho.

Quaesquer das declarações exigidas por este artigo sendo reconhecidas falsas, acarretarão a responsabilidade do falsificador, que será punido pela autoridade competente com prisão de cinco dias a um mez.

Art. 9 — Toda a pessoa que receber para criar qualquer creança, seja ou não mediante paga, deverá, de accordo com a lei, fazer á autoridade policial superior do logar as seguintes declarações :

- a) a indicação de seu domicilio, até tres dias depois da chegada da creança, e a entregar o boletim exigido no art. 7 ;
- b) a mudança de residencia e, neste caso, onde é que de novo habita ;
- c) a retirada da creança por seus paes ou entrega daquella a outra pessoa ;
- d) a comunicação em prazo nunca superior a 24 horas no caso de fallecimento.

A autoridade policial no espaço de tempo de tres dias, no maximo, remetterá qualquer dessas declarações ao presidente da *Commissão*

local que, em seu relatório parcial, tomará dellas conhecimento, providenciando logo de accordo com a autoridade competente sobre as penalidades a serem impostas sobre as determinações.

Art. 10 — Haverá na repartição policial superior, do logar, um *registro especial* para as declarações obrigadas na presente lei.

Este *registro* será annualmente rubricado em todas as paginas e conferido pelo presidente da *Commissão local*, que deverá remetter aos procuradores da Republica, na Capital Federal e nos Estados, relatórios annuaes, apresentando os resultados de sua verificação, relatórios que deverão ser enviados, em seguida, ao *Conselho Superior de Protecção á Primeira Infancia*.

Em caso de omissões ou irregularidades do *registro* o presidente da *Commissão local* será passivel das penas indicadas noCodigo Penal.

Art. 11 — Pessoa alguma, nem instituição qualquer poderá abrir ou dirigir um escriptorio de amas de leite ou agencias, nem exercer a profissão de intermediario para a collocação de creanças para criar fóra dos domicilios paternos, sem ter tido para isso autorização prévia da autoridade competente.

Toda a pessoa que exerça, sem a respectiva autorização, uma ou outra dessas profissões, ou que se opponha a conformar-se com as condições da autorização ou as prescripções dos regulamentos, será punida com a multa de 30\$ a 100\$000 e, no caso de reincidencia, com a prisão de um a seis mezes.

Estas mesmas penalidades são applicaveis a toda a parteira ou intermediario que emprehenda, sem autorização, a collocação das creanças para criar fóra do domicilio paterno.

Si fór verificada semelhante contravenção, ou si em consequencia de negligencia da parte da ama ou da pessoa á qual está entregue a creança, resultar prejuizo para a saúde de uma ou muitas creanças, haverá a punição com a prisão de cinco dias a um mez.

Em caso de fallecimento de uma creança por motivo de incuria ou maldade, será o responsavel punido conforme as penas estabelecidas noCodigo Penal.

Art. 12. Um regulamento da administração determinará :

- a) o modo da organização do serviço de vigilancia, instituido pela presente lei, a organização da inspecção medica, as attribuições e os deveres dos medicos inspectores, o tratamento destes inspectores, as attribuições de todas as pessoas encarregadas de visitas ;
- b) as obrigações impostas ás amas, aos directores de escriptorios e agencias de amas e a todos os intermediarios da collocação de creanças ;

c) a fôrma das declarações, registros, certificados das autoridades e dos medicos e outros documentos exigidos pelos regulamentos.

A *Commissão local* prescreverá, por um regulamento especial, disposições em relação com as circumstancias e as necessidades locais.

Art. 13. Fora das penalidades especificadas nos artigos precedentes toda a infracção ás disposições da presente lei e dos regulamentos de administração publica, que a ella se referem, será punida com uma multa de 10\$ a 50\$000.

São applicaveis a todos os casos previstos pela presente lei, os artigos estatuidos noCodigo Penal Brasileiro.

Art. 14. A's amas de leite, ou ás pessoas que tomarem a criar creanças, será facultado poderem cobrar as dividas, com relação á incumbencia citada, de accôrdo com as disposições sob tal ponto de vista previstas pela legislação em vigor.

Art. 15. As despesas com a execução da presente lei serão feitas repartidamente, a metade pela União e a outra metade pelos Estados interessados. A parte a cargo destes será auxiliada pelos Estados em que houverem nascido as creanças protegidas por esta lei proporcionalmente ao numero dellas.

As bases desta repartição serão revistas de tros em tres annos pelo Ministro do Interior.

Pela primeira vez a repartição se constituirá com o numero das creanças collocadas para a criação em mãos de estranhos, existentes em cada Estado, no momento da promulgação da presente lei.—Dr. *Arthur Moncorvo Filho*, relator.—Dr. *João Pinto Portella*.—Dr. *Carlos Costa*.—Dr. *Joaquim Nogueira Paranaguá*.—Dr. *A. Felício dos Santos* (vencido).

Projecto de Regulamentação do serviço das amas de leite

Art. 1.º E' obrigatorio o exame das amas de leite mercenarias, quer alugadas nas casas de familia, quer as que recebem creanças a criar no seu proprio domicílio.

Art. 2.º Nenhuma ama de leite poderá se alugar sem apresentação do certificado medico de exame procedido na repartição competente autorizada pela Municipalidade.

§ 1.º O certificado só terá valor na data da expedição, bastando uma vez attestada volver a ama á repartição para referendar o documento que possui.

§ 2.º Para obtenção do attestado deverá a ama apresentar um certificado da autoridade competente, determinando o seu domicilio e todas as informações possiveis sobre o seu estado e comportamento.

§ 3.º Por occasião do exame deverá a ama apresentar seu filho e o certificado de nascimento passado no registro civil; no caso de ausencia da creança, será imprescindivel a apresentação de um certificado medico minucioso acerca das condições de saúde daquella, e no caso de fallecimento é indispensavel o attestado de obito.

Art. 3.º As amas de leite contractar-se-hão pelo tempo necessario á amamentação, mediante accôrdo prévio com os paes da creança ou com aquelles que forem julgados por ella responsaveis.

Art. 4.º A ama contractada será obrigada a terminar o tempo do seu contracto, salvo as hypotheses seguintes:

- a) affecção que a inhiba de proseguir no aleitamento;
- b) affecção contagiosa da creança que possa comprometter a ama, comprovado o facto por attestado medico;
- c) máo tratamento de seus patrões, ou faltas no pagamento de seus salarios, factos que deverão ser devidamente justificados;
- d) fallecimento da creança;
- e) mudança para fóra da Capital da familia em cuja casa esteja alugada.

Paragrapho unico— Em qualquer dos casos citados a retirada da ama deverá ser precedida de um aviso nunca inferior a 8 dias.

Art. 5.º — Os patrões não poderão despedir as amas de leite antes de terminar o prazo do contracto sião nas seguintes condições, o que deverá ser provado com certificado medico:

- a) molestias ou vicios da ama que possam influir directa ou indirectamente sobre a creança;
- b) escassez do leite ou alteração do mesmo;
- c) estado de gravidez;
- d) desidia, falta de zelo e carinho para com a creança, casos que devem ser comprovados;
- e) procedimento irregular, devidamente justificado.

Paragrapho unico — Em qualquer desses casos a despedida da ama deverá ser precedida de prévio aviso nunca inferior a 8 dias.

Art. 6.º — Antes do contracto de qualquer ama doverá a pessoa que della carecer conduzir á repartição competente, para o respectivo exame, a creança que aquella vae amamentar.

Paragrapho unico — No caso de impossibilidade de apresentação da creança, deverá ser apresentado o certificado do registro civil

e mais um attestado medico minucioso sobre o estado de saude daquella.

Art. 7.º — No caso de queixa por parte da ama ou por parte dos patrões poderá a directoria da repartição competente requisitar a presença da ama, afim de ser ouvida e mesmo novamente examinada, si for necessario.

Art. 8.º — Toda ama será obrigada a ter uma caderneta com as informações precisas dos diferentes patrões em cujas casas se houverem empregado, caderneta que deverá ser sempre apresentada na repartição de exame das amas, todas as vezes que se despedirem ou forem despedidas de qualquer casa.

Art. 9.º — As amas poderão permanecer na repartição competente durante as horas da funcionamento da mesma para serem procuradas pelos interessados.

Art. 10 — A infração das clausulas da presente lei será punida com a multa de Rs... a Rs... e, no caso de reincidencia, com o dobro.

Art. 11 — A municipalidade contractará com a instituição que julgar conveniente o serviço de exame e attestation das amas de leite mercenarias, fazendo para esse fim as necessarias operações de credito.

O quesito VII estabelecido pelo Congresso Nacional — *Novas instituições a crear* — embora já algum tanto elucidado nas linhas atraz escriptas, só pôde ser *in-totum* respondido depois de bem conhecidas as diversas fundações já existentes, os seus programmas, seus fundos financeiros, o genero dos beneficios que prodigalizam, etc., etc.

Mais difficil ainda de uma resposta é o quesito VII : *«Do melhor modo de se estabelecer uma instituição central que ligue entre si as instituições particulares de beneficencia e bem assim a assistencia publica e particular.»*

Já ficou dito em considerações que fiz que a administração central de assistencia publica deverá estar em relações directas com os estabelecimentos de real utilidade que funcionam no territorio nacional.

Os estabelecimentos de assistencia e os escriptorios de beneficencia segundo a doutrina de Derouin, Gory e Worms (Tratado de assistencia publica, 1900) tem indiscutivel individualidade propria. Elles não devem ser directamente dirigidos nem pela União, nem pelos Estados, nem pelas municipalidades.

A União, á qual está reservado o direito, não de fundar esses estabelecimentos, mas de reconhecer-lhes a existencia por via de

autorização, nomeando uma parte de seus administradores, fiscalizando a sua gestão, quer directamente, quer por intermedio de seus delegados, pôde recusar-se a autorisal-os a executar qualquer acto não os constringendo a cumpril-os, neste caso deixando de administral-os.

Eis como se passam os factos na França onde o departamento é quasi completamente estranho ao funcionamento dos estabelecimentos hospitalares e escriptorios de beneficencia, restando outrosim as communas, a influencia apenas moral, reservando a sua interferencia para os casos excepcionaes. Emfim os estabelecimentos publicos, tendo personalidade civil perfeita, devem ser, segundo os mesmos autores citados, dirigidos pelas administrações especiaes que os representam.

A fiscalização dos representantes do poder central deve exercer-se sem attingir os direitos da direcção e da gestão que pertencem ás administrações dos estabelecimentos, sem diminuir a responsabilidade nem desencorajar a iniciativa destes ultimos, não diminuindo tanto a sua acção que possa passar despercebida e inefficaz (Ducrocq).

Admitte-se, pois, que as relações que ligam a União e as municipalidades aos estabelecimentos de caridade, representam uma autonomia, cujo poder de agir é restricto por leis e regulamentos, que os collocam debaixo da fiscalização, mas não sob a direcção de qualquer dos dous poderes citados (Derouin, Gory e Worms).

Os estabelecimentos hospitalares e escriptorios de beneficencia devem ter uma personalidade distincta de qualquer outra pessoa moral : elles devem ter ainda uma personalidade distincta da dos administradores que os representam (Derouin, Gory e Worms).

Quanto ás *«Regras a estabelecer quanto á fiscalização das instituições de assistencia particular»* annuciado do quesito IX e ultimo, parece que, além do que possa ser expresso na lei de organização da assistencia publica no Brazil, de accordo com as nossas condições politico-sociaes, um regulamento bem ponderado conciliará todos os interesses, sem prejuizo das partes e tudo harmoniosamente, em ordem a que seja completo e facundo um dos mais importantes serviços da nação.

DO SOCCORRO MEDICO DE URGENCIA NO RIO DE JANEIRO

Os grandes progressos, no tocante a este assumpto, introduzidos na assistencia publica de um grande numero de paizes cultos, como a Allemanha, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Republica

Argentina, não conseguiram, até o presente momento, influir em nosso meio para que problema de tão vital interesse fosse resolvido até hoje.

O soccorro medico de urgencia, apezar do esforço de uma parcella da classe medica e de um certo numero de instituições de caridade, é presentemente no Rio de Janeiro senão um mytho, pelo menos tão incipiente que não merece o serviço os fôros de uma verdadeira organização.

Verdade é que nestes ultimos annos varias disposições regulamentares da Repartição de Hygiene estabeleceram certas medidas que praticamente jamais foram executadas, a despeito da boa vontade dos dignos profissionais que compoem aquella repartição.

E' que o soccorro medico de urgencia representa um ramo especialissimo da organização de assistencia publica, que exige um funcionamento todo particular, um serviço semelhante ao do Corpo de Bombeiros da capital da Republica Brasileira, esse exemplo de actividade, disciplina, dedicação e heroismo.

Verdade seja que o actual Ministro do Interior, Dr. J. J. Seabra e o Prefeito Municipal Dr. Francisco Pereira Passos, por varias vezes em mensagens e relatorios têm solicitado medidas urgentes no sentido de poder ser estabelecido o serviço.

A Prefeitura mesmo, segundo consta de publicações officiaes, procura neste momento organizar postos de assistencia, com pessoal arregimentado e material aparelhado com automoveis e ambulancias, para acudir ás infelizes victimas de accidentes na via publica.

Torna-se mister, porém, que esse serviço se organize debaixo de todas as condições hodiernamente exigidas pela sciencia, para que o Rio de Janeiro, uma das mais adiantadas cidades da America do Sul, com a extensão territorial de 2.000 kilometros quadrados e um milhão de habitantes possa louvar-se de possuir um grande recurso que tantas vidas poupará com o soccorro official methodicamente organizado.

O muito pouco que existe na capital da Republica Brasileira consiste nos soccorros que prodigaliza ao individuo que soffre um accidente qualquer, a Santa Casa de Misericordia, que não possui material de condução adequado, na organização levada a effeito pela Policlínica de Botafogo que já dispõe actualmente de ambulancias e padolas para o serviço de soccorro medico no bairro em que funciona e na manutenção do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, á cujo Dispensario, situado no centro da cidade, recorrem até as autoridades policiaes para conduzirem in-

divíduos e, sobretudo, creanças victimas de accidentes na vida publica e que nesse estabelecimento recebem carinhoso agasalho e prompta assistencia, muito particularmente o soccorro cirurgico.

Uma associação particular entre nós, a Associação dos Empregados no Commercio, graças a um automovel-ambulancia que possui, está prestando relevantes serviços á população, pois que, logo que tem conhecimento de um desastre, desabamento, inundação ou qualquer outro accidente, a administração daquella adiantada aggremação envia com louvavel rapidez o seu automovel ao logar do sinistro.

Ha muito que imaginei que o serviço de soccorro medico de urgencia no Rio de Janeiro poderia ser iniciado sem grande onus para os poderes governativos e inconcussas vantagens para a população.

Haveria um escriptorio central com todos os recursos necessarios a uma assistencia modelo, de accordo com os modernos principios scientificos, um verdadeiro *posto-medico-cirurgico* munido de uma enfermaria annexa e de um dispensario.

Automoveis-ambulancias perfeitamente aparelhados estariam sempre promptos a acudir ao primeiro appello, de modo que as victimas de accidentes pudessem receber *in-loco* os soccorros de maior urgencia e no posto-medico, a assistencia complementar.

Outros postos medico cirurgicos em menores proporções, munidos porém do imprescindivel, seriam installados nos diferentes bairros da cidade, todos os postos correspondendo-se, como o Corpo de Bombeiros, por intermedio de faccis communicações telegraphicas e telefonicas.

Para maior facilidade de execução pensei em assim delinear a distribuição dos diversos misteres em cada posto-medico de soccorro de urgencia.

Preencheria os fins desejados um predio de um só andar ao rez do chão, dividido em duas grandes alas por uma grande entrada central e sendo as alas marginadas exteriormente em todo o seu comprimento por dous jardins.

ALA ESQUERDA

1º — Portaria para o serviço de recepção de doentes ou floridos, inscrições dos mesmos, assentamentos nos protocolos, etc.

2º — *Salão de espera* — Grande e servido de bancos apropriados para a espera dos consultantes de medicina e cirurgia, cujos serviços funcionariam a horas determinadas.

3º — *Gabinete de Medicina* — Sala de consulta para os casos de molestias geraes e internas. Preparado com osapparelhos e instrumentos modernos de exame, machinas electricas, mesas de exame, etc.

4º — *Gabinete de Cirurgia* — Dous aposentos: um para curativos, perfeitamente apparelhado para esse fim, e outro, verdadeira sala de operações e munida de todos os hodiernos requisitos e instrumental cirurgico destinado a toda a sorte de intervenções.

ALA DIREITA

1º — *Secretaria* — Serviço de escripturação, archivo, etc.

2º — *Sala do Pessoal Profissional e Vestiario*.

3º — *Isolamento* — Compartimento convenientemente preparado para a manutenção dos doentes de molestias transmissiveis, de modo que pudesse ser facilmente desinfectado, apoz a sahida do doente.

4º — *Sala de soccôrro medico* — Cuidadosamente apparelhada para acudir a todas as necessidades de momento, com apparelhos de fabrico immediato de oxygenio, apparelhos de raios X, de electricidade moderna (estatica e dinamica), etc., para os casos de accidentes de toda a especie: asphyxia, *schok* traumatico, hemorragias, syncope, ataques, etc., etc., mesas perfeitamente adaptadas á cirurgia de urgencia, material cirurgico completo para esse fim.

5º — *Enfermaria* — Com seis leitos, provida de todas as exigencias da hygiene moderna e apta a ser com facilidade desinfectada e arejada.

6º — *Cozinha* — Para o preparo dos alimentos e diétas dos feridos que tivessem de permanecer na enfermaria por mais de 24 horas.

7º — *Pavilhão dos automoveis* — Compartimento destinado a conservar os automoveis-ambulancias sempre preparados para sahir ao primeiro signal.

Esses automoveis, com accomodações especiaes para os doentes e o pessoal profissional que os acompanharia, teriam um instrumental completo e o material therapeutico necessario para o serviço de soccôrro de urgencia para qualquer accidente em um ponto embora afastado do pósto central.

8º — *Pharmacia* — Seria uma secção reduzida para o preparo dos medicamentos de urgencia.

TRAÇOS GERAES DO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

Sob a direcção de um medico-chefe auxiliado por um sub-director, cada pósto de soccôrro de urgencia deveria ter um pessoal compósito de mais de dous medicos, um encarregado do serviço de medicina e outro do de cirurgia e incumbidos de plantões em dias alternados; seis estudantes do curso medico incumbidos de plantões realizados de 4 em 4 horas, de noite e de dia, do módo a haver sempre no pósto um profissional, pelo menos, competente e habilitado a prestar quaesquer soccôrros de urgencia ou a sahir no automovel ambulancia.

Mais dous outros estudantes de medicina se prestariam a auxiliar em horas determinadas o serviço de medicina e cirurgica.

Um enfermeiro auxiliaria os profissionaes acima citados no desempenho das suas funcções, havendo um ajudante de enfermeiro, tambem encarregado do serviço de automoveis-ambulancias.

Os demais funcionarios, extra-profissionaes: um porteiro, um chefe de secretaria e caixa, com funcções de administrador do serviço geral, um escripturario, um continuo e dous serventes seriam suficientes para o bom funcionamento de cada pósto.

Eis de modo assás resumido um plano de execução facil e cuja realisacão viria sem duvida alguma preencher, entre nós, uma lacuna incomprehensivel no estado de civilisação em que nos julgamos estar.

Oxalá possa a população do Rio de Janeiro, como é de esperar, rejubilarse de possuir, dentro de curto prazo, um serviço de soccôrro medico de urgencia, para que sejam minorados os efeitos de accidentes da maior gravidade diariamente registados.